



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0008307-35.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de voo**
 Requerente: **LUMA GASPARGARCIA e outro**
 Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter adquirido passagens aéreas da ré com destino ao Chile, mas em razão de atraso no embarque perderam a conexão e chegaram ao seu destino às 8h:30min do dia 16/07/2016 (essa chegada estava prevista para acontecer em 15/07/2016, às 20h:45min).

Alegaram ainda que em razão disso perderam um dia de hospedagem, refeições e passeios já contratados, além de sua bagagem ter sido entregue com três dias de atraso.

Almejam ao ressarcimento dos danos morais que suportaram.

A ré em contestação não negou a dinâmica fática relatada pelos autores.

Bem por isso, reputam-se verificados o atraso no embarque dos mesmos sem que houvesse justificativa para tanto, a perda da conexão que fariam, a chegada ao seu destino com um dia de atraso e a entrega de suas bagagens com três dias de atraso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assim posta a questão debatida, entendo que a pretensão deduzida merece parcial acolhimento.

Quanto aos diplomas normativos que disciplinam a hipótese noticiada, destaco que situações como a dos autos não são regidas por convenções internacionais.

Diversas são as manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nesse sentido:

*"...A companhia aérea que presta o serviço de transporte aéreo internacional de passageiros responde objetivamente pelos danos causados e, a partir do advento da CF/88, não mais se aplicam os limites de indenização previstos e Convenções Internacionais, como a Convenção de Montreal precedida pela Convenção de Varsóvia" (Ap. 9136159-79.2009.8.26.000, Rel. Des. **REBELLO PINHO**, j . 6.6.2011).*

*"Indenizatória por danos materiais e morais - Transporte aéreo - Extravio de bagagem - Descumprimento contratual - Inaplicabilidade da Convenção de Varsóvia - Indenização tarifada afastada..." (Ap. 9197227-64.2008.8.26.0000, Rel. Des. **LÍGIA ARAÚJO BISOGNI**, j . 27.4.2011).*

Por outro lado, é certo que a relação jurídica firmada entre as partes é de consumo, aplicando-se-lhe a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC, diante da verossimilhança das alegações dos autores, na esteira de pacífica jurisprudência sobre o assunto (STJ-RT 803/177; TJSP, 8ª Câmara, Ap. 7.407.652-7, rel. Des. **CARLOS ALBERTO LOPES**; TJSP, 19ª Câmara, Ap. 0052034-86.2009.8.26.0114, rel. Des. **SEBASTIÃO ALVES JUNQUEIRA**).

Assentadas essas premissas, transparece inegável que o serviço prestado pela ré o foi de forma inadequada, dando causa ao injustificável atraso dos autores e ao extravio de sua bagagem, entregue três dias após a respectiva chegada.

Como já assinalado, a ré não invocou em seu favor um dado sequer, deixando de impugnar as falhas que lhe foram imputadas.

Diante desse cenário, ressalto que a espécie vertente possui peculiaridades que levam à configuração dos danos morais.

É inegável que a contratação de uma viagem traz natural expectativa de que se desenvolva a bom termo, claramente frustrada quando se inicia de maneira incorreta para resultar desde logo na perda de parte daquilo que se faria.

Soma-se a isso a entrega da bagagem dos autores com três dias de atraso, sendo possível perceber o desgaste de vulto a que foram expostos diante disso.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar experimentaria igual problema, o qual superou em larga medida o mero dissabor da vida cotidiana e ultrapassou o simples descumprimento contratual.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A ré, é certo, não lhes dispensou o tratamento que seria exigível.

Estando caracterizados os danos morais, o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelos autores, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida aos autores em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar aos autores a quantia de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**